

**XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI BELÉM – PA**

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO

RENATO DURO DIAS

SILVANA BELINE TAVARES

SANDRA SUELY MOREIRA LURINE GUIMARÃES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM – Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul)

Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/CESUPA

Coordenadores: Renato Duro Dias; Silvana Beline Tavares; Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães – Florianópolis: CONPEDI, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-860-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Amazônia do Século XXI

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Congressos Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVIII Congresso Nacional do CONPEDI (28: 2019 :Belém, Brasil).

CDU: 34



XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BELÉM – PA

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO

Apresentação

Na contemporaneidade, o modelo de desenvolvimento e as múltiplas formas de opressão tem vitimado um conjunto de vidas, especialmente mulheres e população LGBTQI+. Cabe ao direito e ao campo do conhecimento jurídico interdisciplinar refletir sobre o seu papel, seja como agente de reprodução destas violências ou como espaço de construção de uma nova lógica de justiça social e de respeito aos direitos humanos.

Neste sentido, o Grupo de Trabalho (GT) Gênero, Sexualidades e Direito surge como um potente espaço de interlocução e de diálogo para a academia, as práticas extensionistas e de ensino, a fim de (re)pensar a produção de um conhecimento centrado no respeito às variadas categorias e diferenças que correspondem nossas existências.

As temáticas apresentadas ao longo destes últimos três (03) anos, desde que o GT foi criado, são diversificadas. No encontro em Belém do Pará não foi diferente. Pela listagem que se vê abaixo, percebe-se estudos sobre: teorias de gênero; violência de gênero e feminismos; direitos humanos e população LGBTQI+; pessoas e corpos Trans e suas vulnerabilidades; direitos sexuais e reprodutivos; decolonialidades, gênero e raça; violência obstétrica, parto e gravidez, dentre tantos outros.

Esperamos que a leitura destas excelentes investigações possam reverberar em vários locais de discussão e que, a partir deles, possamos ampliar e tecer novas redes de resistência epistemológica.

Trabalhos apresentados e respectivas(os) autoras(es):

A DIMENSÃO PÚBLICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O DOMÍNIO (BIO) POLÍTICO DO CORPO FEMININO: MUITO MAIS DO QUE “BRIGA DE MARIDO E MULHER” de Joice Graciele Nielsson e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth

A EPISIOTOMIA E OS DIREITOS DE REPRODUÇÃO DA MULHER de Carolina Orbage de Britto Taquary

A INFLUÊNCIA DO NEOCONSERVADORISMO NOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL de Paulo Roberto de Souza Junior

A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PRENOME PARA TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS.de Marina Maria Bandeira De Oliveira e Juliana Kryssia Lopes Maia

A VÍTIMA É SUJEITO DE DIREITOS NO PROCESSO CRIMINAL? De Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães e Saada Zouhair Daou

AUTONOMIA PRIVADA E COLONIALIDADE DE GÊNERO de Natalia de Souza Lisboa e Iara Antunes de Souza

CLÁUSULA ANTIGRAVIDEZ NOS CONTRATOS DE TRABALHO DESPORTIVOS de Regis Fernando Freitas da Silva e Paula Pinhal de Carlos

DISCURSO DE ÓDIO NAS MÍDIAS SOCIAIS E A AFRONTA A SUJEITO TRANSGÊNERO: UMA ANÁLISE DE CASO deJúlia Monfardini Menuci

DO PODER DISCIPLINAR AO BIOPODER: MEDICALIZAÇÃO DO PARTO A PARTIR DA INCIDÊNCIA DE CESARIANAS de Maiane Cibele de Mesquita Serra e Glauca Fernanda Oliveira Martins Batalha

ÉTICA E MORAL DA SEXUALIDADE HUMANA NO DIREITO: UM BREVE DISCURSO de Luiz Geraldo do Carmo Gomes

FERRAMENTAS AUXILIARES UTILIZADAS PELAS VARAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DE BELÉM/PA PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA de Luana Miranda Hage Lins Leal Viegas e Jorge Luiz Oliveira dos Santos

IDENTIDADE E DIFERENÇA SOB A PERSPECTIVA DOS CORPOS TRANS: POSSIBILIDADES PARA UMA SOCIEDADE PLURAL de Noli Bernardo Hahn e Lucimary Leiria Fraga

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA NO BRASIL: PROIBIÇÃO DE GAYS DOAREM DE SANGUE, A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 64, INCISO IV DA PORTARIA 158/2016 E RESOLUÇÃO 34 DA ANVISA de Fabrício Veiga Costa

O DIREITO COMO UM INSTRUMENTO AO RECONHECIMENTO:
TRANSEXUALIDADE NA ERA DAS IDENTIDADES Flávia Haydeé Almeida Lopes e
Lucas Morgado dos Santos

O DISCURSO MANIQUEÍSTA DO USO DA COR AZUL PARA O MENINOS E ROSA
PARA MENINAS QUE CONTRIBUI PARA A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL INFANTO JUVENIL NO BRASIL de Léa Carta da Silva

O LGBT E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: A ORIGEM DA
PROTEÇÃO INTERNACIONAL E O DESDOBRAMENTO NO ORDENAMENTO
INTERNO SOB O VIÉS DISCRIMINATÓRIO de Jurandir Pereira da Silva Filho

O RECONHECIMENTO DO TERCEIRO GÊNERO: UMA RELEITURA DO PRINCÍPIO
DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO CLÁUSULA GERAL DO DIREITO
DA PERSONALIDADE de Valéria Silva Galdino Cardin e Jamille Bernardes da Silveira dos
Santos

PODER, SEXUALIDADE E MASCULINIDADE: VIOLAÇÕES AO DIREITO À VISITA
ÍNTIMA DOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE NA FASE /RS de Jair
Silveira Cordeiro e Quérila Sosin

PODER, VERDADE E DOMINAÇÃO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO PAUTADO EM
CATEGORIAS SEXUAIS, SOB A LUZ DE PIERRE BOURDIEU E MICHEL
FOUCAULT de Thiago Augusto Galeão de Azevedo

RACISMO E SEXISMO: UMA LEITURA PÓS-COLONIAL DOS MARCADORES
SOCIAIS DA DIFERENÇA DE RAÇA E GÊNERO de Marjorie Evelyn Maranhão Silva

REDES SOCIAIS COMO UM NOVO LÓCUS DE FALA PARA O DISCURSO DE
EMPODERAMENTO FEMININO de Jessica Santos Malcher Gillet

TRANSFEMINICÍDIO NO BRASIL: VIDAS DESCARTÁVEIS de Paula Franciele da Silva
e Carmen Hein de Campos

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: COMENTÁRIOS SOBRE O POSICIONAMENTO OFICIAL
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE A RESPEITO DO TERMO de Iris Rabelo Nunes e Roberto
da Freiria Estevão

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA
JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS de
Victória Medeiros de Rezende e Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith

Coordenadores(as):

Prof. Dr. Renato Duro Dias – FURG

Profa. Dra. Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães - FACI / WYDEN

Profa. Dra. Silvana Beline Tavares - UFG

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

PODER, VERDADE E DOMINAÇÃO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO PAUTADO EM CATEGORIAS SEXUAIS, SOB A LUZ DE PIERRE BOURDIEU E MICHEL FOUCAULT

POWER, TRUTH AND DOMINATION: AN ANALYSIS OF SEXUAL CATEGORY SPEECH UNDER A LIGHT OF PIERRE BOURDIEU AND MICHEL FOUCAULT

Thiago Augusto Galeão De Azevedo

Resumo

Esta pesquisa possui como objetivo principal analisar o discurso pautado em identidades sexuais. Dessa maneira, propõe-se o seguinte questionamento: em que medida o discurso pautado em identidades sexuais reproduz uma lógica de poder, verdade e dominação, tonando a citada luta insuficiente e contraditória? Para tanto, se analisará os movimentos sexuais pátrios e os seus discursos. Ademais, se analisará a relação entre a lógica de poder e verdade e a criação de categorias sexuais sob os indivíduos, à luz de Bourdieu e Foucault. Por fim, desenvolver-se-á uma nova ordem sexual, marcada por um devir e não mais por uma questão identitária.

Palavras-chave: Poder, Verdade, Dominação, Michel foucault, Pierre bourdieu

Abstract/Resumen/Résumé

This research has as main objective to analyze the discourse based on sexual identities. The following question is proposed: to what extent does discourse based on sexual identities reproduce a logic of power, truth and domination, making the aforementioned contradictory struggle? To this end, we will analyze the homeland sexual movements and their discourses. In addition, the relationship between the logic of power and truth and the creation of sexual categories under individuals will be analyzed, in the light of Bourdieu and Foucault. Finally, a new sexual order will develop, marked by a becoming rather than an identity issue.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Power, truth, Domination, Michel foucault, Pierre bourdieu

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como seu objeto a luta baseada em identidades sexuais, em categorias sexuais. Objetiva-se investigar uma possível relação de uma lógica de poder e verdade com a fixação de categorias sexuais sobre os indivíduos, analisando-se, assim, uma provável insuficiência e contradição de discursos subversivos pautados em identidades sexuais. Assim, almeja-se responder a seguinte *pergunta-problema*: em que medida o discurso pautado em identidades sexuais reproduz uma lógica de poder e verdade, de dominação, tornando a citada luta insuficiente e contraditória? Para tanto, estruturou-se a presente pesquisa, principalmente, em três eixos.

Primeiramente, analisar-se-á os principais movimentos sexuais pátrios, destacando a lógica identitária em seu discurso e funcionamento. Buscar-se-á expor a importância do discurso identitário no âmbito da conquista de direitos para os indivíduos os quais são representados pelos citados movimentos, assim como para fins de visibilidade social. Questionando-se, por fim, uma possível insuficiência do citado discurso identitário.

Iniciando-se uma análise filosófica e sociológica, em um segundo momento, analisar-se-á uma possível relação da imposição e fixação de categorias sexuais com uma estrutura de poder, de dominação, a partir das teorias de Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Desenvolver-se-á, para a realização da citada análise, principalmente os institutos da *dominação simbólica* e *dispositivo de sexualidade*.

Por fim, em um terceiro momento, analisar-se-á a construção de uma nova ordem sexual, marcada por um *dever sexual*. Esta como uma consequência das teorias de Michel Foucault, associada às concepções de Judith Butler e Pierre Bourdieu; em resposta à uma lógica pautada em identidades.

2 MOVIMENTOS SEXUAIS NO ÂMBITO NACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA E A POSSÍVEL INSUFICIÊNCIA DA LUTA IDENTITÁRIA

A presente seção, conforme anunciado na introdução do presente artigo, tem como objetivo realizar uma breve análise sobre os movimentos sexuais nacionais, protagonistas de uma luta contra uma lógica de preconceito e controle, destacando-se a importância dos mesmos, mas também frisando uma possível insuficiência intrínseca a estes, diante de sua pauta identitária.

No Brasil, os movimentos “homossexuais”, característica que não é exclusiva apenas dos movimentos ocorridos neste país, direcionaram-se para a construção de um coletivo de iguais. Entretanto, para a sustentação desta igualdade, foi necessária a supressão de singularidades, de particularidades que tornavam desiguais os, então, iguais. Explica-se. Os militantes dos movimentos “homossexuais” no Brasil, principalmente no momento de abertura política, propagavam a luta por um grupo, por um coletivo de indivíduos que se proclamavam como iguais, marcados por um elemento que os unisse e os tornasse iguais, como a “homossexualidade”, a fim de exercer uma transformação naquela sociedade e de lutar por uma libertação sexual (FACCHINI, 2002).

O autor Edward Macrae (1985), em sua tese de doutorado intitulada de *O Militante homossexual no Brasil da “abertura”*, comenta que essa igualdade, estes elementos que possibilitavam uma igualdade, um liame de unidade aos indivíduos de um determinado grupo militante; tratava-se de uma aliança entre os seus membros, com fins políticos. A unidade, a coesão propagada pelos militantes de um determinado movimento funcionou como uma aliança para fins políticos.

Pronunciar-se como um movimento “homossexual”, um movimento que luta pela “libertação homossexual” é antes uma estratégia política. É a partir deste primeiro comentário que a presente análise, dos movimentos sexuais no âmbito pátrio, será desenvolvida, no sentido de analisar de forma breve os principais movimentos “homossexuais” brasileiros, identificando e analisando a função que o uso de identidades sexuais por tais movimentos teve no processo de aquisição de direitos por tais grupos.

No final da década de 70, o movimento “homossexual” surge no Brasil, a partir de um projeto com um viés politizado da “homossexualidade”, em oposição às anteriores alternativas propostas, como de associações, por exemplo, que mesmo reunindo homossexuais não eram politizadas, concentrando-se na “sociabilidade”, como o jornal Snob, no período de 1963 a 1969, e a Associação Brasileira de Imprensa Gay, no período de 1967 a 1968 (FACCHINI, 2002).

Trata-se de movimentos politizados de grupos que se auto intitulavam de “gays” e “lésbicas”, componentes da chamada *primeira onda do movimento “homossexual” brasileiro*. Movimentos que se desenvolveram apenas no final da década de 70, o que de acordo com James Naylor Green (2000), em sua obra *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, possui relação com o governo militar da época, marcado pela censura e pela restrição dos direitos democráticos.

Entretanto, deve-se destacar que a ditadura militar, da qual o país era objeto na década de 70, trouxe aspectos positivos para o movimento “homossexual” brasileiro, como o incentivo à resistência nos inúmeros setores sociais e mesmo no caráter antiautoritário da *primeira onda do movimento “homossexual”* do país (FACCHINI, 2002).

O primeiro grupo a ser destacado, pertencente à citada *primeira onda do movimento “homossexual” brasileiro*, é o grupo *Somos*. Trata-se do primeiro grupo reconhecido oficialmente como possuidor de uma proposta politizada da “homossexualidade”, em 1978, na cidade de São Paulo. Um grupo marcado pela criação de uma comunidade de iguais. Perpetrava-se um ideal homogeneizante, no sentido de que a heterogeneidade daquele grupo formado por indivíduos identificados como homossexuais era apagada em função da construção de uma ideia de “homossexual” útil politicamente.

Citando MacRae, Facchini comenta que as próprias reuniões do grupo possuíam um objetivo padronizador, no sentido de se criar uma identidade homossexual com fins políticos (2002, MacRae apud Facchini, p. 68):

[...] essas reuniões não serviam para resgatar uma fala ou cultura homossexual longamente reprimida [...] mais do que sendo **descoberta**, uma identidade homossexual estava sendo **construída** [...] aprendia-se a ser ‘homossexual’, ou melhor, ‘militante homossexual’ (grifo do autor).

O grupo militante em questão era formado apenas por indivíduos identificados como homossexuais, entretanto, construídos, unos, coesos, a fim de que tal grupo pudesse estar capacitado politicamente. As peculiaridades próprias dos ditos homossexuais daquele grupo eram apagadas, em prol de um objetivo maior, qual seja: a formação de uma identidade homossexual, legítima e indicada para os objetivos políticos do grupo, da “onda” inicial do movimento “homossexual” brasileiro, um movimento politizado.

Em 1980, o então grupo *Somos* sofre rachaduras, o que viabilizou a separação deste e a derivação de três novos grupos, *o Somos*, *o Grupo de Ação Homossexualista*, depois chamado de *Outra Coisa* e *o GALF, Grupo de Ação Lésbico-Feminista*.

Cabe destacar que um evento vem a desacelerar a atuação e, conseqüentemente, as conquistas do movimento “homossexual” brasileiro, qual seja: a AIDS. O aparecimento da AIDS como um elemento exercente de um poder desmobilizador das propostas propagadoras da liberação sexual. Ademais, o seu próprio aparecimento reconduziu uma série de indivíduos da luta pelo movimento “homossexual” para a luta contra a AIDS.

No período do referido declínio, MacRae (1985) destaca a atuação de dois grupos que ainda não possuíam expressividade na *primeira onda do movimento “homossexual”*, trata-se do Triângulo Rosa e do Grupo Gay da Bahia. O grupo Triângulo Rosa foi fundado por João

Antônio Mascarenhas, em 1985, e Luiz Mott o fundador do Grupo Gay da Bahia. Com ambos, inaugura-se um novo tipo de militância, marcada por peculiaridades distintas das pertencentes aos grupos da *primeira onda do movimento “homossexual”*, principalmente em relação ao grupo *Somos* e aos pertencentes ao eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

Trata-se de uma atuação mais pragmática, uma atuação mais voltada para a promoção de direitos civis e para a luta contra a discriminação e violência contra os indivíduos identificados como homossexuais. O Triângulo Rosa, assim como o GGB, preocupava-se com a sua oficialidade, no sentido de registro, legalização da sua existência. Tais grupos, assim, foram registrados, reconhecidos oficialmente e legalizados como agremiações destinadas à questão “homossexual”. Entre os efeitos da personalidade jurídica de tais grupos se pode destacar o direito de associação e, claramente, à concretização das ações diretas e pragmáticas propostas pelo grupo, no que concerne à promoção dos direitos civis “homossexuais” (FACCHINI, 2002).

Dessa maneira, percebe-se, nitidamente, diferenças entre a atuação dos grupos da *primeira onda do movimento “homossexual”* e a dos próprios à *segunda onda*. A *primeira onda* foi a responsável pela consolidação de uma identidade homossexual, pela construção do ser um “homossexual militante”. Identidade esta naturalizada pela *segunda onda*, que não tinha mais como objeto o transformar social, e sim a luta por direitos, a garantia de direitos civis para os indivíduos identificados como homossexuais. Destaca-se, uma reivindicação de direitos pautada em identidades sexuais.

Entre as principais pautas do movimento “homossexual” estavam: a despatologização da “homossexualidade”, a luta por uma legislação que não fosse discriminatória, a legalização do casamento gay e a inclusão da educação sexual nos currículos das escolas. Em 1989, a partir do III Encontro Brasileiro de Homossexuais, uma nova preocupação surgia, a discriminação religiosa contra os homossexuais. Em 1990, decidiu-se pela distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais na rede pública de saúde, seguida do, até então, inédito pronunciamento do presidente em relação à epidemia da AIDS. Ainda com a AIDS em foco, em 1995, os encontros entre os grupos do movimento passam a ser financiados por programas estatais de combate à AIDS (FACCHINI, 2002).

Pode-se destacar, ainda, neste contexto de promoção de direitos relativos à AIDS, a constituição de um grupo de risco. Um grupo formado por indivíduos que seriam considerados mais propensos à doença, eram eles: indivíduos identificados como homossexuais, os profissionais do sexo e os usuários de droga (injetáveis).

A instituição de um grupo vulnerável foi alvo de críticas, no sentido de que se estaria diante de um instrumento discriminatório. Todavia, a formação do grupo daqueles que estavam em risco acabou por propiciar benefícios e direitos para aqueles indivíduos, no sentido de que apesar de se relacionar o HIV à “homossexualidade”, aos profissionais do sexo e aos usuários de droga injetáveis, taxando-os como propensos; estes grupos foram beneficiados, conquistaram direitos através da utilização destas categorias, dessas identidades, por meio, por exemplo, da aplicação de estratégias específicas para aqueles grupos, inclusive com o financiamento de grupos por agências internacionais, de cooperação internacional e por órgãos governamentais.

Percebe-se, a partir desta breve análise, uma importância atribuída às identidades sexuais. Discriminam-se grupos? Sim, filia-se à concepção que entende a associação da “homossexualidade” à AIDS como uma discriminação; mas não se pode ser leviano ao ponto de não perceber que esse ato possui um reverso, outra face, qual seja: a conquista de direitos, o fortalecimento dos movimentos “homossexuais”, através de seus financiamentos (FACHINNI, 2002).

Apesar do viés discriminatório da associação da AIDS à “homossexualidade”, esta propiciou um debate social, uma ênfase à questão da sexualidade e da “homossexualidade”, ensejando, inclusive, a promoção de políticas públicas de saúde, políticas de prevenção e tratamento com a participação dos grupos do movimento “homossexual” e com os próprios ditos homossexuais.

Em oposição à face discriminatória, destaca-se outra perspectiva da associação do HIV à “homossexualidade”, uma perspectiva que concede visibilidade à questão da “homossexualidade” através de uma política identitária “homossexual” brasileira, o que permite, por via de consequência, a garantia de direitos a estes indivíduos, identificados, moldados a serem homossexuais.

Regina Facchini atribui a essa política identitária “homossexual” o nome de “sistema classificatório ‘segregacionista’” da sexualidade, em oposição a um sistema “assimilacionista”. Entretanto, deve-se ressaltar que a política identitária sexual não é a única concepção para se pensar a sexualidade no Brasil na década de 90, uma vez que a partir de uma preocupação com o acesso àquelas que são alvo de uma política preventiva e com a concretização de resultados em relação à mudança de hábitos que poderiam ser considerados de riscos, em relação à AIDS, criou-se categorias como a *HSH – Homens que fazem sexo com Homens*, priorizando-se a prática “homossexual”, independentemente de uma identidade “homossexual” construída, o que a autora chama de “categorias mais ‘flexíveis’”.

Agências estatais direcionadas para o combate à AIDS, utilizam-se da sigla HSH, a fim de atingir aqueles que não se identificam com base em suas práticas sexuais, incentivando, entretanto, que os mesmos se enquadrem, assumam uma identidade sexual, possuidora de um potencial redutor da vulnerabilidade dos “homossexuais”, a partir de experiências em âmbito internacional, por meio da aplicação da chamada educação “por pares”, efetuadas pelos militantes do movimento “homossexual” (FACCHINI, 2002).

Essa tendência de incentivo ao ato de assumir uma identidade sexual, a partir da segunda metade da década de 90, pôde ser observada a partir do funcionamento dos grupos do movimento “homossexual”, que seguiram uma postura especificadora e multiplicadora das categorias que tutelam através de suas atividades, como observa a autora Regina Facchini: “[...] os eventos nacionais do movimento deixaram de se identificar como encontro de homossexuais e passaram a especificar primeiramente as lésbicas, o que levou também à utilização da categoria gays, e posteriormente as travestis.” (2002, p. 127).

Constrói-se um discurso que não se restringe ao caráter identitário, no sentido de que as concepções propagadas no grupo não constituiriam um “nós”, que possui como inimigo um “outro”, que seria os “heterossexuais”. O discurso era constituído sobre a noção de minorias sexuais, um conceito não restritivo, pelo contrário, abrangente, uma vez que “minorias sexuais” não se refere exclusivamente à categoria dos “homossexuais”. Trata-se, portanto, de um discurso integracionista.

Mas como conciliar esse discurso à prática cotidiana de um grupo militante? De fato, a prática do grupo se configurou de forma diversa da pregada pelo discurso, uma vez que a partir das discussões do grupo, sentiu-se a necessidade de especificar os indivíduos, de definir as categorias identitárias do público alvo, até mesmo por uma questão de financiamento de projetos do grupo, que necessitavam da delimitação identitária dos indivíduos a serem beneficiados.

Paulatinamente, percebeu-se, através da prática do grupo, que a transformação do quadro de carência no qual estavam inseridos tais indivíduos só seria passível de ser transformado caso estes se auto definissem, elegendo uma das categorias restritivas que o conceito de “minorias sexuais” abarcava. Na segunda metade do ano de 1997, o termo “minorias sexuais” foi substituído nos discursos e documentos do grupo pelo termo GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis), com o objetivo de identificar o sujeito coletivo que é objeto de militância (FACCHINI, 2002).

O grupo CORSA ilustra uma tendência de identificação sexual, os indivíduos deveriam se assumir sexualmente para que seus direitos fossem conquistados. É necessário dizer, marcar

quem se está tutelando, por quem se luta. Trata-se de uma lógica identitária, de uma aliança com fins políticos.

Conforme já exposto na presente seção, a *primeira onda dos movimentos “homossexuais”* brasileiros foi marcada por um viés homogeneizante, no sentido de que um grupo tinha seus integrantes moldados para se comportar de uma determinada maneira, para ser um determinado tipo de indivíduo, para serem “homossexuais”. O ser “homossexual” era ensinado nos grupos. Produziam-se modelos de identidade, para que estas pudessem alcançar um status político. O “homossexual” como um elemento útil politicamente.

A *segunda onda do movimento “homossexual”*, também já tratada na presente seção e aqui representada pelos grupos Triângulo Rosa e Grupo Gay da Bahia, acabaram por naturalizar tais identidades e a partir delas focar na conquista de direitos. As identidades sexuais foram transformadas em identidades políticas, elas eram necessárias para a luta política por direitos aos indivíduos integrantes dos grupos militantes.

Assim, identidade sexual estaria relacionada diretamente com identidade política, seria um instrumento político para se alcançar mais direitos, na verdade se alcançar direitos, para o “público alvo” do movimento. Neste ponto, em relação à força política das identidades sexuais, pode-se destacar o papel da AIDS, conforme já exposto. A associação da “homossexualidade” à AIDS, apesar do seu caráter discriminatório, teve seu viés positivo para o movimento “homossexual”. Tal associação concedeu visibilidade aos indivíduos identificados como homossexuais, visibilidade esta considerada de suma importância, em uma sociedade na qual estes eram invisíveis.

Como citou Castells (1999), “gays” dispersos estariam condenados à invisibilidade, à inexistência. Entretanto, antes da concentração, há um ato, também já destacado nesta seção, o assumir-se. Inicialmente, deveria se assumir sexualmente, para que a identidade sexual decorrente deste ato pudesse ser utilizada a favor do indivíduo, no sentido político, de luta política por direitos a estes. Tratava-se do ato de tornar a identidade sexual, assumida pelo indivíduo, um instrumento útil politicamente. Tornar a identidade sexual uma identidade política.

Em 2005, ocorreu XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, realizado em Brasília. Apenas pelo título do evento se pode observar o atravessamento do mesmo pela referida tendência identitária, que marcou os movimentos e grupos militantes, e ainda marca. No encontro foi lançado o coletivo de transexuais e se incorporou ao movimento os bissexuais, adotando-se, por via de consequência, a sigla LGBT, na qual o T passou a representar travestis,

transexuais e transgêneros. Percebe-se, portanto, a disseminação de uma política identitária referente ao dito grupo LGBT.

Em linhas finais, através da presente seção, pôde-se perceber que as identidades sexuais tiveram um papel importante na conquista de direitos para os então considerados grupos de indivíduos identificados como não heterossexuais. Tais categorias, identidades, tiveram um papel político, um papel conessor de visibilidade e de conquista de direitos. É notória, portanto, a importância do discurso identitário, todavia isso não blinda o mesmo de crítica, de questionamentos, os quais serão desenvolvidos na próxima seção.

Em que medida a utilização de categorias, identidades sexuais, pelos referidos movimentos poderia representar uma incorporação de um poder, de uma dominação? Em que medida são suficientes? Trata-se da questão problemática a ser analisada no presente artigo. Para tanto, optou-se pela análise da teoria do filósofo Michel Foucault e do sociólogo Pierre Bourdieu.

3 CATEGORIA SEXUAL E PODER: UMA ANÁLISE DO DISCURSO IDENTITÁRIO SEXUAL À LUZ DE PIERRE BOURDIEU E MICHEL FOUCAULT

Com a breve análise dos movimentos sexuais no âmbito nacional, assim como a partir da exposição da problemática da presente pesquisa, partir-se-á para o estudo do discurso pautado em categorias sexuais e a sua correlação com uma lógica de poder, à luz da teoria de Pierre Bourdieu e Michel Foucault; investigando-se uma possível insuficiência do discurso identitário sexual.

Pierre Bourdieu, em sua obra *O Poder Simbólico*, destaca o referido poder como aquele que se espalha, que está presente em toda parte. Trata-se de um poder invisível, que só pode ser exercido com a aderência dos seus assujeitados, ou seja, com a cumplicidade daqueles que ignoram a sua sujeição a tal poder ou mesmo o fato de que perpetuam o referido. Trata-se de um poder de construção da realidade (BOURDIEU, 2001).

O referido poder simbólico exerce uma dominação que não funciona através da lógica pura das consciências cognoscentes, e sim através dos esquemas de percepção, avaliação e ação, constitutivos do *habitus* os quais são transmitidos corporalmente, de corpo a corpo. São marcados por atividades inconscientes, aquém dos discursos.

Portanto, majoritariamente, os *habitus* ficam isentos do controle consciente, das correções e transformações. Como exemplo de tal isenção, Bourdieu destaca a defasagem entre as declarações e as práticas, citando os homens que se dizem a favor da igualdade entre os

sexos, mas que não participam mais dos trabalhos domésticos do que aqueles que não são favoráveis a tal igualdade.

Bourdieu comenta que o poder simbólico é exercido sobre os corpos de forma direta e, como que por um passe de mágica, sem qualquer tipo de coação física. Entretanto, para tal magia funcionar ela precisa estar baseada em predisposições inseridas em profundidade nos corpos. O referido autor compara tais predisposições a “molas propulsoras”, ao ilustrar a força exercida pelo poder simbólico como um “macaco mecânico”, ou seja, com um gasto pequeno de energia. O poder simbólico estaria fundamentado em predisposições intrínsecas aos indivíduos, ou seja, disposições ensejadas por todo um trabalho de inculcação e incorporação realizado nos sujeitos que, em virtude dos referidos trabalhos, foram capturados pelo poder simbólico.

Nos moldes do poder simbólico, a violência simbólica é exercida de forma invisível, sutil, insensível, às suas vítimas, através de vias simbólicas de conhecimento e comunicação, ou melhor, do desconhecimento, reconhecimento e sentimento. Quanto ao conceito de violência simbólica, Bourdieu faz uma ressalva no sentido de que esta é entendida, supostamente, como oposta à violência física, real, efetiva; supondo-se que violência simbólica, conseqüentemente, seria uma violência “espiritual”, desprovida de efeitos reais.

O referido autor comenta que tal distinção é demasiadamente simplista e apresenta impropriedades, uma vez que a referida violência é objetivada nas coisas e incorporada nos corpos e nos *habitus* dos agentes, portanto o atributo “espiritual” não é suficiente para representá-la.

A violência simbólica é marcada, também, pela aderência dos dominados aos dominantes, proporcionada pela falta de disposição para refletir sobre a dominação, tampouco sobre a relação dominante – dominado, uma vez que não possuem instrumentos de conhecimento que não estejam mergulhados na realidade criada pela dominação, o que os fazem achá-la natural, dotada de naturalidade.

Percebe-se, desta forma, que a referida dominação afeta o indivíduo em sua profundidade, ao ponto que este não consegue refletir, pensar, fora do campo de dominação a ele imposto. O trabalho de construção simbólica estará completo e realizado quando ocasionar uma “transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros)” (Bourdieu, 2014, p. 40). Percebe-se que a referida construção simbólica tem como objetivo impor uma forma de pensamento, de percepção do corpo, uma visão marcada pela superioridade masculina, visando naturalizar esse viés de pensamento através de uma máscara, a naturalização biológica.

A referida transformação profunda e duradoura realizada sobre os corpos e sobre os cérebros do corpo social tende a excluir do pensável e do factível tudo aquilo que possua características de pertencer a outro gênero, a fim de produzir dois modelos: homem viril e mulher feminina, que não são provenientes da natureza, mas da soma das relações sociais próprias da dominação. Trata-se de dois padrões produzidos a serem seguidos, sendo que aquele que não os seguirem será excluído, considerado anormal.

Neste sentido, a heterossexualidade é construída e constituída na sociedade como padrão de uma prática sexual “normal”, compatível com a natureza, enquanto que as demais seriam consideradas antinaturais, ou anormais. Neste contexto, pode-se destacar a figura do perverso polimorfo, que tende a ser excluído do pensável e do factível, por fugir da lógica heterossexual sustentada pela referida visão masculinizada.

A partir destas concepções, pode-se sustentar que a dominação masculina se exerce através de uma violência simbólica, que limita as atividades de subversão por parte dos dominados. Bourdieu destaca que as estratégias simbólicas utilizadas pelas mulheres contra os homens permanecem dominadas, uma vez que estão pautadas na concepção androcêntrica. Trata-se de estratégias insuficientes para subverter a referida estrutura de dominação masculina, acabando por ratificar a situação de inferioridade imposta às mulheres.

O preconceito contra o feminino é incorporado nos corpos e objetivado nas coisas, o que faz com que as mulheres ratifiquem tal preconceito, ou seja, que estas cometam atos de reconhecimento, de adesão à doxa. Trata-se de uma crença impensada, que constrói a violência simbólica sofrida por elas próprias. Assim, pode-se perceber que os dominados, neste contexto as mulheres, acabam por legitimar uma lógica de dominação, tendo em vista que esta está incorporada em seus corpos e objetivada nos objetos, fazendo com que os dominados não consigam pensar, refletir sobre tal dominação, uma vez que os elementos que os referidos possuem para tanto estão contaminados, inseridos na referida lógica de dominação.

Diante da dificuldade de reflexão sobre a relação entre dominados e dominantes, e até mesmo em relação à dominação masculina, os atos subversivos dos dominados estarão subjugados a esta lógica de dominação, justamente porque a referida reflexão é prejudicada por não haver elementos suficientes para esclarecer a visão do sujeito, o que faz com que seus atos subversivos sejam insuficientes, fracos, dominados, por utilizarem-se de instrumentos, de categorias criadas para si, criadas por uma estrutura de dominação, criadas pela dominação masculina.

Adotar uma categoria sexual como instrumento político corresponde, assim, a uma ratificação do mecanismo do poder e da verdade construídos sobre o sexo e sexualidade, que

criam, produzem as sexualidades múltiplas, as sexualidades periféricas, com o intuito de gerenciar, controlar as vidas sexuais dos indivíduos, que destoam da lógica heteronormativa. Trata-se de uma castração de formas de vida.

Assim, incluir tais categorias em lutas políticas é nitidamente contraditório. Como lutar pela liberdade afirmando-se através de uma criação da própria dominação? Afirmando-se como um controlado? Afirmando-se como diferente, pertencente a um grupo, marcado por características comuns, que o generalizam e o colonizam?

Bourdieu (2014) comenta que os homossexuais são atravessados por uma estigmatização, imposta por atos coletivos de categorização, que ensejam segregações, marcadas por uma negatividade. Tem-se, desta forma, a formação de grupos, de categorias estigmatizadas. Esta estigmatização só fica clara quando um movimento político identificado através de tais categorias reivindica visibilidade, quando o movimento político luta pelo seu reconhecimento, pela legitimidade dos seus interesses comuns.

Os corpos e as mentes dos indivíduos, em profundidade, são atravessados por uma violência simbólica, ao ponto de que estes não conseguem refletir sobre o ato de dominação exercido sobre eles ou mesmo a relação deles com os dominantes. O indivíduo dominado tende a ratificar a perspectiva do dominante sobre si próprio. Por um ato não voluntário, o indivíduo é forçado a aceitar as categorias de percepção dominante (BOURDIEU, 2014).

Os indivíduos classificados como homossexuais mesmo sendo dominados, assim como as mulheres, não raramente, aplicam a si próprios os princípios dominantes. Bourdieu cita como exemplo a necessidade de em uma relação identificada como homossexual se ter uma divisão de papéis, o ativo e o passivo, o masculinizado e o feminizado. Para o filósofo, trata-se de uma das “mais trágicas antinomias de dominação simbólica” (2014, p. 167), qual seja: *a tentativa de subversão às estruturas sociais e cognitivas através de categorias dominantes*.

A antinomia está no fato de que a revolta tem como objeto de reivindicação a imposição de categorias, entretanto o manifesto político é exercido através das próprias categorias que se pretende resistir, ratificando-se, desta forma, as classificações e limitações próprias do *dispositivo de sexualidade*. Identifica-se uma dupla incoerência. Primeiro, um movimento dito subversivo se pautar em uma “categoria realizada”, imposta externamente. E segundo, o fato de que ao se categorizar, excluem-se outras múltiplas práticas sexuais, não abarcadas pelo catálogo de identidades sexuais oferecido, essenciais para a própria força social do movimento, força esta capacitada para reverter a lógica simbólica dominante e fortificar o movimento subversivo.

Michel Foucault, por sua vez, tratando sobre o chamado *dispositivo de sexualidade*, denuncia a criação do sexo e, também, das categorias sexuais. O dispositivo de sexualidade como o elemento criador de um sujeito sexual, um sujeito identificado a partir de sua sexualidade. Quem você é? Não. Passa-se a perguntar “Que ser sexual é você?”.

Nas palavras de Foucault, “Contra o dispositivo de sexualidade, o ponto de apoio de contra-ataque não deve ser o sexo desejo, mas os corpos e os prazeres” (2014a, p. 171). Destaca-se a incitação ao discurso sobre o sexo, a interrogação do mesmo, a fim de se procurar uma verdade em um elemento criado. Finge-se resgatar a sexualidade de uma obscuridade, através dos discursos, hábitos, instituições, regulamentos e saberes da sociedade ocidental. Desobscurecer uma sexualidade que tudo “trazia à plena luz e refletia com estrépito.” (2014a, p. 172).

O sexo como um elemento natural, um elemento biológico, uma condição biológica do indivíduo. A sexualidade sendo apenas uma consequência do mesmo. O sexo como um elemento inserido em uma lógica biológica coerente, que prega que o indivíduo já nasce com um sexo pré-determinado (BUTLER, 2008).

Sobre o sexo como um elemento pré-discursivo, natural, Judith Butler comenta (2014, p.25) que “Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas”. Trata-se, portanto, de uma lógica heterossexual. O sexo é construído em um discurso que prega a sua naturalidade e a sua relação consequencial com a sexualidade.

Uma lógica heterossexual, marcada por dois produtos: macho e fêmea. Estes são os coerentes, tudo o que estiver fora disso é considerado anormal, incompleto, incoerente; devendo ser objeto de controle. Os perversos sexuais se tornaram objeto da Medicina, que criou uma patologia orgânica intrínseca às práticas sexuais que não se amoldavam à lógica heterossexual. Estas eram consideradas incompletas, dotadas de uma anormalidade.

Como efeito, a Medicina catalogou todas as formas de prazer que destoavam das que eram praticadas através da penetração falocêntrica. O conhecimento e o mapeamento destas eram necessários para que o controle pudesse ser exercido de forma efetiva e total. Classificou-se todas as sexualidades destoantes da lógica dominante heterossexual.

Para tanto, aplicou-se questionários médicos. Precisava-se ter o conhecimento de tudo, o maior número de informações. Um poder exercido através de investigação, de escutas, de instigação e revelação. O dizer sexual era necessário, era incitado e anotado. Um poder que

desvela um prazer no investigado. O prazer sexual é provocado, incitado, manifestado e, posteriormente, anotado.

Trata-se do duplo efeito do poder, este incita o prazer, a sua manifestação, para que através dele possa exercer um controle. O prazer sexual é seduzido a se manifestar, para ser capturado, posteriormente. O objetivo não era condenar as sexualidades periféricas, e sim gerenciá-las, gerenciá-las. O dizer sexual assume o papel de fornecedor do material interpretativo para o controle.

O controle das sexualidades, através do mapeamento das sexualidades ilegítimas. As diversas formas de sexualidade são expostas, detalhadas e atravessadas pelo poder. Para a realização do referido controle eram necessários dados para o conhecimento do objeto, material este fornecido pelo dizer sexual, pela incitação da fala sobre o sexo. Entretanto, o conhecimento sobre o objeto não bastava, para este ser controlado era necessário especificar, mapear, catalogar as múltiplas sexualidades.

Assim, destaca-se que as sexualidades múltiplas foram construídas a partir de uma estrutura de poder e verdade, qual seja: o *dispositivo de sexualidade*, responsável pela criação da ideia de sexo, sustentando-o como um elemento natural, biológico e coerente, conforme analisado anteriormente. Trata-se da inversão realizada por Foucault, a partir da qual, infere-se que o sexo é um elemento criado, produzido, atravessado pelo poder.

Precisava-se controlar a anormalidade, a patologia. Era necessário identificar aqueles que não se amoldavam à lógica heterossexual. Estes precisavam ser especificados, catalogados, para serem controlados. Desta forma, criou-se as sexualidades periféricas, múltiplas. Estas são produtos do mecanismo de poder incidente sobre a vida.

A categorização sexual, a partir da criação e especificação das sexualidades periféricas, das perversões; como um instrumento de controle, de redução de formas de vidas sexuais. O produto factual do dizer sexual do indivíduo, quando semelhante ao de outro, é emoldurado em uma sexualidade. O indivíduo e sua vida sexual estão petrificados em uma definição externa, em uma definição do incomensurável.

Há, portanto, uma redução de singularidades. A vida do indivíduo é encaixada, emoldurada, moldada em um padrão de sexualidade, ou melhor, na própria sexualidade. Trata-se de um nítido apagamento de formas de vidas. O indivíduo deve ser encaixar em uma gaveta pré-fabricada.

O dispositivo de sexualidade toma os corpos como seu objeto e instrumento de poder. Investe os corpos com a ideia de sexo, como elemento biológico, imutável. Assim, produz corpos sob a égide da lógica que prega a coerência sexual, a integridade heterossexual. Produz

corpos sexualizados, identificados através de sua sexualidade. Nas palavras de Butler (2008, p. 98): “[...] a sexualidade toma corpos como seu instrumento e objeto, o lugar em que ela consolida, enreda e estende seu poder.”.

As sexualidades múltiplas, perversões, são incitadas, criadas e fixadas nos indivíduos, em seus corpos. Há uma fixação da categoria sexual criada no corpo do indivíduo. A partir desta, o indivíduo passa a ser identificado através de sua sexualidade. O indivíduo passa a ter uma identidade sexual, criada para medir a sua vida. Não pode ser livre, não! Precisa se amoldar, ser categorizado, especificado, para que o seu perigo possa ser mantido em controle, para que o poder próprio à sexualidade o controle de forma mais fácil, útil e eficaz. Assim como o sexo, criam-se as sexualidades periféricas.

Trata-se de uma das características do mecanismo de poder vigente, que atua através da criação do objeto que pretende regular. Produz-se as sexualidades múltiplas, as perversões, com fins de controle, de regulação, gerenciamento.

Destaca-se, portanto, que o dispositivo de sexualidade para controlar as sexualidades múltiplas, as sexualidades que não se amoldam à lógica heterossexual, criou-as, especificou-as e as nomeou. Foi necessário produzir sexualidades periféricas, pautadas em um padrão também produzido, qual seja: o sexo em aspectos biológicos, heterossexuais. Identifica-se, assim, uma dupla criação atinente às categorias sexuais. Primeiro, a criação do sexo pelo dispositivo de sexualidade. O sexo na concepção biológica, imutável, como pré-condição para a sexualidade. Um sexo dotado de naturalidade, o qual origina a heterossexualidade, também considerada natural.

Segundo, a criação das sexualidades periféricas pautadas na primeira criação. Tais sexualidades foram criadas tendo como base a concepção biológica do sexo, a concepção que prega como normal o casal dito heterossexual, a relação marcada pela penetração falocêntrica. Aquilo que fugir a esta lógica deve ser identificado, controlado, regulado.

Infere-se, portanto, que as sexualidades periféricas possuem como fundamento o sexo, em sua concepção biológica construída. Este é considerado o paradigma para a identificação e classificação de formas de vidas sexuais dissidentes com a lógica dominante. As sexualidades múltiplas, perversões, são incitadas, criadas e fixadas nos indivíduos, em seus corpos. Há uma fixação da categoria sexual criada no corpo do indivíduo. O indivíduo passa a ser identificado através de sua sexualidade. Conforme citado anteriormente, para se conhecer o indivíduo, pergunta-se: que ser sexual é você?

Assim, ao invés de ratificar a dominação, seria mais coerente a luta por uma “nova ordem sexual”, no sentido de transcender as barreiras impostas pela definição, que originam os

diferentes estatutos sexuais; propagando-se a indiferença, a indiferença a nada, no sentido de que se deve chegar a um nível em que a sexualidade não seja mais uma questão, não seja mais o diferente. Por isso, ao invés de buscar uma nova ordem sexual em que se seja indiferente à diferença, deve-se alcançar o igual, a indiferença ao igual.

Bourdieu (2014) comenta que as lutas políticas ao invés de se pautarem em categorias impostas e incorporadas aos indivíduos componentes, devem exigir do Direito o reconhecimento de suas particularidades. O referido reconhecimento implica na anulação das identidades sexuais, que possuem como efeito a generalização, o apagamento das singularidades de cada indivíduo.

Assim, sustenta-se que a utilização das categorias criadas, das sexualidades múltiplas, periféricas, como base para lutas políticas não passa de uma perpetuação e incorporação de uma dominação. Ao invés de lutar pela liberdade sexual por meio de gavetas, molduras; o mais coerente, neste contexto de controle, é o *transcender sexual*, a quebra de barreiras limitativas.

4 PARA ALÉM DAS IDENTIDADES: *DEVIR SEXUAL*

O uso de identidades sexuais, de categorias sexuais, não é mais suficiente como ideologia de luta política, tampouco como base para a garantia de direitos. Precisa-se ascender, sair de uma concepção que limita para garantir, que restringe a vida do indivíduo, que o prende dentro de uma homogeneidade, para que este possa ter seus direitos garantidos. Deve-se buscar uma nova ordem sexual.

Foucault (2014a) afirma que nós devemos experimentar se tornar “gay” e não afirmar uma identidade homossexual. Não se deve se descobrir sexualmente, descobrir-se “homossexual”. Deve-se, antes, criar um modo de vida criativo, marcado pelo “tornar” e não pelo “ser”. Uma perspectiva que trata da sexualidade em um viés anti-limitativo.

A prática sexual de cada indivíduo como uma obra de arte, com desenhos, pinturas, tamanhos e cores singulares. Trata-se de criações peculiares, que, em uma ótica de identidade sexual, estariam limitadas por uma moldura, um envoltório de poder, de verdade. Uma obra de arte previsível, encaixada, padronizada.

No âmbito das identidades, entretanto, Foucault (2014b) faz uma ressalva. Apesar do seu caráter limitativo, o discurso baseado em identidades teve um papel de importância na conquista de direitos civis e humanos, no que concerne à sexualidade. Sobre o papel das identidades, Foucault (2014b, p. 252) responde, ao ser inquirido:

- Na prática, uma das conseqüências dessa tentativa de elucidação do segredo é que o movimento homossexual não foi mais longe do que a reivindicação dos direitos cívicos ou humanos relativos à sexualidade. Isso quer dizer que a liberação sexual continuou no nível de uma exigência de tolerância sexual. - Sim, mas é um aspecto que é preciso sustentar. É importante, primeiramente, para um indivíduo, ter a possibilidade – e o direito – de escolher a sua sexualidade. **Os direitos do indivíduo concernentes à sexualidade são importantes, e existem muitos lugares ainda onde eles não são respeitados. Não se devem considerar esses problemas como resolvidos, na hora atual.** É perfeitamente correto que houve um verdadeiro processo de liberação no início dos anos 1970. Esse processo foi muito benéfico, tanto no que concerne à situação tanto no que concerne às mentalidades, mas a situação não se estabilizou definitivamente. **Devemos, ainda, dar um passo à frente.** E creio que um dos fatores dessa estabilização será a criação de novas formas de vida, de relações, de amizades, na sociedade, na arte, na cultura, novas formas que se instaurarão através de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas. Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente como identidade, mas como força criadora. (grifo nosso).

O filósofo, portanto, sustenta que apesar do papel de importância do discurso identitário, é necessário dar “um passo adiante”, que conceda uma estabilização em relação ao processo de liberação sexual, através de uma vida criativa, marcada por novas formas de vidas, de relações; através da arte, da cultura instauradora de novos formatos a partir de escolhas sexuais, políticas e éticas.

Foucault se refere a um devir, à um “tornar-se” e não à um “ser” “gay”, no sentido de que as identidades representam uma armadilha essencialista. As práticas sexuais podem ser exercidas de diversas maneiras, e não de uma forma em específico, que configure uma essência. Não se trata de uma natureza “gay”, uma essência “gay”, e sim de uma multiplicidade no exercício de suas sexualidades. Foucault defende um *devir*, um processo contínuo, e não um “ser” sexual. Trata-se de não ter em sua essência a sexualidade como uma marca, que constituiria uma natureza imutável. Pelo contrário, Foucault defende um movimento, um processo ininterrupto em que os indivíduos não estão presos em barreiras identitárias.

Uma das principais chaves de pensamento relacionado ao citado *devir sexual* é a *Teoria queer* e o seu conceito de performatividade, termo tomado emprestado da lingüística por Judith Butler, quem segue as concepções teóricas de Monique Wittig, no âmbito descritivo do corpo, ratificando a sua teoria lésbica materialista, sustentadora da concepção de que a forma do corpo é efeito de uma estrutura “heterossexual” de poder, que o molda. Sustenta-se a ideia de que o sexo, assim como o gênero, podem ser performativamente reinscritos, de uma forma que acentue o seu caráter artificial. Assim, infere-se que o corpo não é dotado de naturalidade, não é um fato natural, e sim produzido por discursos (SALIH, 2013).

Para Butler (2014), todos os corpos são elevados a um âmbito de generalidade desde o início de sua existência social, o que indica, conseqüentemente, que não há um “corpo natural” que anteceda à sua exposição cultural. Desde o início o corpo é moldado através da sua inscrição cultural.

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero. (Butler, 2014, p.59)

Percebe-se que as concepções teóricas de Butler são compatíveis com o sustentado por Foucault, no que concerne ao fato do sexo, assim como o gênero, ser um construto e não elementos dotados de uma essência. Um discurso não essencialista, que marca o caráter criado do sexo, conseqüentemente da sexualidade, e do gênero; que critica as identidades sexuais como próprias de um essencialismo, quando na verdade são derivadas de uma construção, dominação.

Defende-se uma nova ordem sexual, na qual o sexo não assuma um papel de definição, um papel de qualificação das relações. Uma lógica que ultrapasse a tolerância sexual, que ultrapasse, inclusive, a aceitação, em que a prática sexual dos indivíduos deixe de ter importância. Sustenta-se uma lógica que ascenda à indiferença, mas não a indiferença em relação ao diferente, porque esta seria incompleta e contraditória.

Um modo de vida em que os indivíduos deixem de ser gerenciados sexualmente, medidos por suas práticas sexuais, deixem de ser considerados iguais ou diferentes a partir da sexualidade. Uma arte de viver pautada na indiferença, na indiferença ao nada, ao ponto de que a sexualidade deixe de constituir um elemento de definição, deixe de ser uma questão, ao nível de não mais constituir diferenças entre os indivíduos.

À luz de Michel Foucault (2014b), defende-se, portanto, um modo de vida criativo, uma cultura, uma arte criativa, não mais compatível com o discurso identitário, limitante e gerenciador dos desvios sexuais. Um discurso mais compatível com a noção de performance, marcada pelo “tornar”, e não mais pelo “ser”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto na introdução, o presente estudo teve como objeto de investigação a luta baseada em identidades sexuais, o discurso dito subversivo pautado em categorias sexuais.

Para responder a *pergunta-problema* da pesquisa, a presente pesquisa se estruturou em três eixos.

Inicialmente, analisou-se, mesmo que brevemente, os principais movimentos sexuais pátrios, identificando-se uma lógica de luta pautada em categorias sexuais. A identidade sexual marcou diretamente o discurso dos citados movimentos, assumindo fins políticos. Destacou-se, é necessário frisar, a importância dos citados movimentos, e também da lógica identitária utilizada pelos mesmos, no âmbito dos avanços, das conquistas alcançadas por eles, principalmente no que concerne a conquistas jurídicas, políticas e sociais.

Em um segundo momento, desvelou-se uma estrutura de poder relacionada à criação e fixação de categorias sexuais sobre os indivíduos. Sobre o aporte de Pierre Bourdieu e Michel Foucault, desenvolveu-se o pensamento de que as identidades sexuais representam um instrumento de controle, de padronização de formas de vida. Trata-se de uma lógica de gerenciamento dos modos de vida que não se adequam à lógica heterossexual, sendo necessário identificá-los, inquiri-los, com fins de controle.

Sendo assim, uma luta configurada a partir de identidades sexuais, em categorias sexuais, representaria uma contradição. Estar-se-ia lutando com as armas do dominador, o que torna essa luta insuficiente, tendo em vista que não alcançará o fim almejado, diante da reprodução da lógica de dominação contra a qual se luta. Considera-se, portanto, insuficiente e contraditório o discurso identitário sexual, não se podendo esquecer, obviamente, da sua importância no âmbito de todos os direitos já conquistados, além de avanços políticos e sociais.

Com base nesta perspectiva, em uma última seção, destacou-se a necessidade da criação de uma nova ordem sexual, na qual o discurso subversivo não estaria pautado em identidades sexuais. Uma lógica marcada não mais pelo “ser”, e sim pelo “tornar-se”. Eis um contexto no qual os indivíduos não mais seriam identificados a partir de sua sexualidade, ao ponto em que a mesma deixaria de ter importância. Uma lógica baseada em um *devir*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina – A condição feminina e a violência simbólica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUTLER, Judith. **Inversões Sexuais**. In: Poder, normalização e violência. Incursões foucaultianas para a atualidade, por Org. Izabel C. Friche Passos. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FACCHINI, Regina. “**Sopa de Letrinhas**”? – **movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**: um estudo a partir da cidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014a.

_____. **Michel Foucault, uma Entrevista**: Sexo, Poder e a Política da Identidade. In: Ditos e Escritos IX. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: editora da UNESP, 2000.

MACRAE, Edward. **O militante homossexual no Brasil da “abertura”**. Tese de Doutorado em Antropologia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1ª ed. São Paulo: Autêntica, 2013.